

A COGNIÇÃO PROBATÓRIA NO MANDADO DE SEGURANÇA: A COMPLEXIDADE DAS QUESTÕES DE FATO IMPORTA PARA A ADMISSIBILIDADE DO REMÉDIO CONSTITUCIONAL?

Alberto Luiz Hanemann Bastos¹

RESUMO: As meditações apresentadas neste estudo intentam abordar a influência do “*fator complexidade*” no juízo de admissibilidade do mandado de segurança, sobretudo no que diz respeito à avaliação de questões de fato de dificultosa elucidação. Identificou-se, por um lado, que a doutrina processual civil tende a desconsiderar a repercussão da complexidade do fato probando no manejo do *mandamus*, sob o fundamento de que quaisquer controvérsias de fato, independentemente de sua natureza, podem ser elucubradas mediante prova pré-constituída confiável. Nada obstante, mediante análise crítica às especificidades da cognição probatória do mandado de segurança, é possível notar que questões de fato complexas impõem a complementação do conjunto instrutório, eis a formação de um convencimento judicial adequado e consentâneo aos parâmetros do devido processo legal deverá embasar-se em inferências variadas, extraídas de fontes paralelas à prova material pré-constituída. Desse modo, conclui-se que o mandado de segurança tende a não se tratar de meio processual idôneo para tergiversar controvérsias fáticas de índole complexa, a exemplo daquelas que envolvem norma jurídica cuja incidência pressupõe a comprovação da ocorrência de múltiplos eventos fáticos ou um *standard* de prova rigoroso em relação ao direito material discutido.

PALAVRAS-CHAVE: Mandado de segurança; cognição probatória; questões de fato; juízo de admissibilidade.

ABSTRACT: The meditations developed in this study intende toanalyse the influence of the “*complexity factor*” in the *writ of mandamus* admissibility procedure, especially with regard to the assement of issues of facts that are difficult to elucidate. It was indentified, on the one hand, that the civil procedure doctrine tends to disregard the “*complexity factor*” in the using *writ of mandamus*, because, in that perspectivity, any points of fact can be elucidated through reliable documentary evidence. However, on the other hand, trhough a critical analys is of the typical probative evaluation of *mandamus*, it is possible to notice that really complex issues impose the addition of multiple type of evidences during the procedure, since the judge conviction will Only be appropriate to the due process clause if it is based on sort of varied inferences, extracted from sourves complementary to

¹ Advogado. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Paraná – UFPR e pós-graduando em Direito Processual Civil pelo Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. E-mail: <alberto.bastos.1997@gmail.com>.

documentary evidence. Therefore, it was concluded that the *writ of mandamus* tends not to be suitable procedural means to dispute complex fact issues, such as those involving a legal provision whose incidence requires the evidence of the occurrence of multiple events or a rigorous *standard of proof* in relation with the substantive law discussed.

KEY WORDS: Writ of mandamus; cognition; points of fact; judgment of admissibility.

1. Introdução

O mandado de segurança se trata de um instituto há muito sedimentado no solo brasileiro,² cujos contornos conceituais e procedimentais são conhecidos por praticamente toda a academia jurídica e constantemente invocados durante o cotidiano forense.

De fato, é difícil encontrar algum operador do direito que jamais tenha observado as consagradas expressões “autoridade coatora” ou “direito líquido e certo”. Ainda mais raro encontrar algum profissional da área jurídica que nunca tenha se deparado com alguma das máximas ligadas ao mandado de segurança, como a de que “o rito específico do *mandamus* não comporta dilação probatória”.

Impetrado diuturnamente por advogados, julgado às centenas nas sessões dos Tribunais, e submetido à análise diária dos membros do Ministério Público, não há dúvidas de que o mandado de segurança possui imensa notoriedade na comunidade jurídica. Igualmente consabido, no entanto, que consensos são raros no ramo do direito – e o mandado de segurança não é uma exceção.

Para demonstrar a veracidade de tal assertiva, algumas controvérsias podem ser trazidas a lume, a começar pela polêmica sobre a possibilidade de utilização do mandado de segurança como sucedâneo recursal em face de decisões interlocutórias que não se amoldam às hipóteses do art. 1.015 do CPC. De um lado, o art. 5º, inciso II, da Lei

² Como bem destaca Sérgio Cruz Arenhart, “muito do *status* hoje atribuído ao mandado de segurança deve ser tributado ao papel por ele desempenhado na história. (...) voltando os olhos para o passado, nota-se o crucial papel desenvolvido por esse instituto e o reflexo de seu emprego pela busca contemporânea pela efetividade de toda a prestação jurisdicional” (ARENHART, Sérgio Cruz. Comentários ao art. 5º, LXIX, da Constituição. In: CANOTILHO, J. J. Gomes; SARLET, Ingo Wolfgang; MENDES, Gilmar Ferreira; STRECK, Lênio Luiz (coords.). *Comentários à Constituição do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018, p. 508).

12.016/09 dispõe expressamente que o *writ* não é admissível quando o ato ilícito inquinado se tratar de “decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo”; de outro, porém, parcela significativa da doutrina admite a impetração do *writ* desde que identificado “flagrante prejuízo à parte pela espera até a fase do recurso de apelação ou contrarrazões”.³

Esse contexto se torna ainda mais remansoso na medida em que a jurisprudência “tem admitido a impetração do mandado de segurança contra atos judiciais independentemente da interposição de recurso sem efeito suspensivo quando ocorre violação frontal de norma jurídica, por decisão teratológica”⁴ – muito embora não se desconheça que a expressão “decisão teratológica” se trata um termo jurídico indeterminado, cuja aplicação mostra-se demasiadamente imprecisa.⁵

Tal plexo de complexidades também pode ser verificado na cognição ínsita ao mandado de segurança, mormente porque o raciocínio probatório do *writ* é diverso daquele operado no procedimento comum ou nos demais ritos a ele assemelhados. Com efeito, ao admitir-se tão somente a prova documental pré-constituída no trâmite processual, há uma clara limitação da cognição em seu sentido horizontal,⁶ razão pela qual são frequentes as perquirições a respeito de quais tipos de fatos comportariam

³ MARTINS, Graciela. O mandado de segurança como sucedâneo recursal nas hipóteses não previstas no art. 1.015 do CPC/2015. In: JUNIOR, Nelson Nery; ALVIM, Teresa Arruda; OLIVEIRA, Pedro Miranda de (coords.). *Aspectos polêmicos dos recursos cíveis e assuntos afins*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018, versão eletrônica.

⁴ MEIRELLES, Hely Lopes; WALD, Arnoldo; MENDES, Gilmar Ferreira. *Mandado de segurança e ações constitucionais*. 32. ed. São Paulo: Malheiros, 2009, p. 46.

⁵ O tema é bem tratado por Eros Grau, confira-se: GRAU, Eros Roberto. *Por que tenho medo dos juízes: a interpretação/aplicação do direito e os princípios*. 9. ed. São Paulo: Malheiros, 2018, p. 153-164.

⁶ Sobre o termo “cognição em sentido horizontal”, utiliza-se a acepção conferida por Sérgio Cruz Arenhart e Luiz Guilherme Marinoni: “(...) a cognição no sentido horizontal pode ser plena ou parcial. Plena quando apta a abarcar a totalidade do conflito de interesses (no sentido pré-processual); parcial no caso em que a lei, ao estabelecer o procedimento diferenciado (em relação ao ordinário), restringe a possibilidade da discussão de certas questões” (ARENHART, Sérgio Cruz; MARINONI, Luiz Guilherme. *Prova e convicção*. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018, p. 78).

demonstração no bojo do remédio constitucional e quais tipos de fatos deveriam ser relegados, necessariamente, à instrução probatória do procedimento comum.

O presente estudo se insere neste intrincado contexto com o intuito de perscrutar a seguinte indagação: a complexidade das questões de fato é capaz de configurar óbice para a admissibilidade do mandado de segurança?

2. Uma breve explanação do entendimento usualmente carreado pela doutrina

No campo probatório, a principal celeuma do mandado de segurança gravita em torno do famigerado conceito de “*direito líquido e certo*”, o qual, apesar de amplamente conhecido no universo forense, engendra discussões tanto no nível teórico, quanto prático.

Conforme acentuam Marinoni, Arenhart e Mitidiero, a expressão *direito líquido e certo* (contida no art. 5º, LXIX, da Constituição e no art. 1º, *caput*, da Lei 12.016/2009) não diz respeito à *natureza do direito* vindicado através do *mandamus*, mas sim à *qualidade da prova* exigida para a comprovação dos fundamentos de fato e de direito que amparam o remédio constitucional. Nas palavras dos juristas, o termo *direito líquido e certo* “liga-se à forma de cognição exigida no mandado de segurança, que exige prova pré-constituída das alegações expostas pela parte impetrante”, isto é, o cabimento do mandado de segurança pressupõe que “as afirmações de fato trazidas pelo autor na petição inicial sejam demonstradas de pronto, por meio de prova documental”.⁷

Tal modo peculiar de conformação da cognição probatória se deve à celeridade ínsita ao remédio constitucional, que detém prioridade de tramitação em relação a todas as demais ações judiciais, salvante quando se tratarem de *habeas corpus*, conforme o preceitua o artigo 20 da Lei 12.016/09. Isso porque, de acordo com o escólio doutrinário de Marinoni e Arenhart, “quando o que o autor alega pode ser demonstrado de plano, o bom

⁷ ARENHART, Sérgio Cruz; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Novo curso de processo civil: tutela dos direitos mediante procedimentos diferenciados*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017, vol. 3, p. 363.

senso aponta para a desnecessidade de se ter um procedimento igual ao que serve ao direito que exige provas mais elaboradas, como a testemunhal e a pericial”.⁸

Além deste peculiar aspecto, é possível assumir que a celeridade do mandado de segurança também decorre da limitação do acesso desta via processual. Com efeito, para que o *writ* comporte regular seguimento desde a propositura da petição inicial até o derradeiro julgamento de mérito, mostra-se necessária a passagem pelo filtro processual referente à imediatidade da formação do convencimento judicial: se a prova pré-constituída anexada junto à petição inicial é apta a balizar, por si só, os juízos de fato subjacentes ao litígio, admitir-se-á o processamento do *mandamus*; do contrário, caso não seja apta para tanto, o remédio constitucional será extinto precocemente.

Portanto, dentre a amplidão de processos que tramitam perante os tribunais brasileiros, somente aqueles dotados de prova material idônea para conformar diretamente o convencimento judicial são aptos a substanciar mandados de segurança.

De fato, é justamente a filtragem das demandas que possibilita a tramitação célere deste específico remédio constitucional, pois, caso a defesa de toda e qualquer prerrogativa comportasse processamento via mandado de segurança, ter-se-ia “uma jurisdição morosa etiquetada de preferencial”.⁹ Em termos pragmáticos: o caráter excepcional do mandado de segurança qualifica pressuposto indispensável para que a sua tramitação transcorra com a devida agilidade.

⁸ ARENHART, Sérgio Cruz; MARINONI, Luiz Guilherme. *Prova e convicção*. Opcit, p. 350.

⁹ A frase é de Erik Wolkart, a qual, em seu contexto original, aborda a morosidade do julgamento de processos dotados de prioridade de tramitação: “Pelos regras do art. 1.048 do atual Código de Processo Civil, têm preferência os processos em que ao menos uma das partes seja criança ou adolescente (ou seja, quem tenha entre 0 e 18 anos), idoso (quem tenha mais de 60 anos) e os portadores de doenças graves (...) o percentual da população brasileira dentro da faixa etária preferencial é um pouco inferior a 44,1%, ou seja, quase metade da população. Será que conceder atendimento preferencial para quase 100 milhões de pessoas é conceder algo efetivamente diferenciado para cada uma delas, ou é basicamente continuar prestando uma jurisdição morosa etiquetada de preferencial?” (WOLKART, Erik Navarro. *Análise Econômica do Processo Civil* – como a economia, o direito e a psicologia podem vencer a tragédia da justiça. 1. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019, p. 139-140).

Contudo, em que pese o rigoroso filtro processual mencionado, o escólio doutrinário tende a admitir que a *complexidade* das questões de fato subjacentes à pretensão do *writ* não acarreta qualquer influência no seu juízo de admissibilidade. Nesse sentido, para ilustrar o posicionamento consolidado pela parte majoritária da doutrina processual civil, pertinente destacar as consagradas lições de Hely Lopes Meirelles:

Quanto à complexidade dos fatos e a dificuldade da interpretação das normas legais que contêm o direito a ser reconhecido ao impetrante, não constituem óbice ao cabimento do mandado de segurança, nem impedem o seu julgamento de mérito. Isto porque, embora emaranhados os fatos, se existente o direito, poderá surgir *líquido e certo* a ensejar a proteção reclamada.¹⁰

Entrementes, Marinoni, Arenhart e Mitidiero, ao se debruçarem sobre os contornos do conceito de *direito líquido e certo*, argumentam que “a complexidade do raciocínio jurídico – que pode ser mais acessível para alguém e menos para outrem – não tem nenhuma relação com a mencionada categoria”,¹¹ razão pela qual é possível intuir uma similar tendência de desconsideração da *complexidade* das questões de fato e, concomitantemente, um maior enfoque na confiabilidade da prova subjacente às alegações postuladas na petição inicial.¹²

A questão do *direito líquido e certo*, nesse panorama, cinge-se mais em torno da *forma* como os fatos litigiosos são apresentados no plano processual,¹³ e menos em torno

¹⁰ MEIRELLES, Hely Lopes. Problemas no mandado de segurança. *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, vol. 73, p. 41. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/25201>. Acesso em: 31.01.2020.

¹¹ ARENHART, Sérgio Cruz; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Novo curso de processo civil: tutela dos direitos mediante procedimentos diferenciados*, vol. 3. Opcit, p. 362-363.

¹² Tal noção é também constatada em outra obra, de autoria de Sérgio Cruz Arenhart e Luiz Guilherme Marinoni, que asseveram, *in verbis*: “(...) a questão do direito líquido e certo se põe no campo da *prova* das afirmações de fato feitas pelo impetrante. Vale dizer que o mandado de segurança exige que o impetrante possa demonstrar sua alegação por *prova indiscutível* em seu conteúdo, ou seja, valendo-se de *prova direta*, em específico, da prova documental” (ARENHART, Sérgio Cruz; MARINONI, Luiz Guilherme. *Prova e convicção*. Opcit, p. 363).

¹³ Sobre tal perspectiva, digno de nota o seguinte estudo: MEDINA, Paulo Roberto de Gouvêa. Mandado de segurança: o incessante aperfeiçoamento do instituto. In: MARINONI, Luiz Guilherme; SARLET, Ingo Wolfgang (coords.). *Processo constitucional*. São Paulo: Thomson Reuters, 2019, p. 1.108.

do *conteúdo* das questões de fato abordadas na narrativa do impetrante. Noutros termos, descarta-se, a princípio, a influência da *complexidade* do raciocínio jurídico e do contexto fático elucidado no *mandamus*, para sobrelevar a qualidade da prova que sinaliza o *direito líquido e certo* debelado nos autos

Nesta visão tradicional, portanto, admite-se que as questões de fato apresentadas no *writ* detenham alta complexidade, no entanto é imprescindível que todas as alegações fáticas deduzidas pelo impetrante sejam demonstradas tão somente pela prova documental pré-constituída.

3. A associação entre a completude do conjunto instrutório e a complexidade das questões de fato: um possível “ponto-cego” na análise do mandado de segurança

Em que pese a notabilidade da tese de que a complexidade do fato probando não repercute na (in)admissibilidade do mandado de segurança, é possível pôr em xeque a validade de tal premissa ao lançar-se mão de algumas balizas teóricas do direito probatório, a começar pelo assim chamado “raciocínio probatório inferencial”.

Segundo Lee Epstein e Lary King, o raciocínio inferencial se trata de um modo de compreensão lógica no qual “utilizamos fatos que conhecemos para aprendermos sobre fatos que desconhecemos”.¹⁴ É que, na realidade, nenhum dos fatos jurídicos suscitados pelas partes no bojo do processo foi efetivamente presenciado pelo julgador; o acesso à dinâmica da conjuntura fática do litígio se dá tão somente pela apreciação de fontes indiretas, tais como vestígios documentais, relatos oriundos da memória de testemunhas ou a avaliação técnica de um perito – com razão, José Antônio Savaris anota que “a prova

¹⁴ EPSTEIN, Lee; KING, Lary. *Pesquisa empírica em direito: as regras de inferência*. Traduzido por Fábio Morosini et al. São Paulo: Direito GV, 2013, p. 12. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/11444/Pesquisa_empirica_em_direito.pdf>. Acesso em: 31.01.2020.

material, sendo um vestígio de um acontecimento, é sempre indireta e se apresenta ao juiz como indício de que determinado fato aconteceu”.¹⁵

Nesta linha, a inferência consiste naquilo que Lonard Ziesemer Schmitz bem define como “salto entre o se conhece e o que se dará por conhecido”, o que implica reconhecer que o julgador, a partir do acervo probatório juntado aos autos, “adquire um repertório de saberes que auxiliarão, e de certa forma guiarão, a atividade de busca pelo conhecimento do fato presumido”.¹⁶

Com efeito, esse repertório de saberes perfaz um caminho argumentativo composto por etapas sucessivas, nas quais as múltiplas informações logradas dos autos serão conectadas, conflitadas e integradas, a fim de se traçar uma narrativa coerente. Cada comparação efetuada entre fontes de prova, cada presunção lançada com base nas *regras da experiência* e cada dado extraído de um indício material juntado aos autos, constitui uma inferência autônoma, as quais consubstanciarão conjuntamente a motivação sobre a comprovação – ou não – da hipótese lançada por uma das partes.¹⁷

Assim, é lícito assumir que o julgador “reconstrói” mentalmente a dinâmica dos eventos litigiosos mediante o cotejo da narrativa, da argumentação e das provas apresentadas pelas partes. Em outros termos, a partir das informações contidas no conjunto instrutório (“o que se conhece”), o juiz deduz o modo como os fatos pretéritos ocorreram (“o que se dará por conhecido”).

Ocorre que os contornos do *raciocínio inferencial* modular-se-ão a depender da natureza do caso concreto e do direito material manejado pelo juízo.¹⁸ Isso porque o “nível

¹⁵ SAVARIS, José Antônio. *Direito processual previdenciário*. 7. ed. Curitiba: Alteridade, 2018, p. 320.

¹⁶ SCHMITZ, Leonard Ziesemer. *Raciocínio probatório por inferências: critérios para o uso e o controle das presunções judiciais*. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Direito) – Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018, p. 182.

¹⁷ Ibidem, p. 92-114.

¹⁸ Remete-se, neste particular, à doutrina de Arenhart e Marinoni: “Também esclarecemos que, embora o juiz deva se convencer da verdade, o alcance desse limite pode ser dispensado em *casos excepcionais*, em que a dificuldade de produção de prova e o direito material em discussão recomendem a facilitação da prova, a inversão do ônus probatório

de certeza” mínimo para que o juiz repute uma hipótese como comprovada varia conforme as peculiaridades do caso concreto, como bem elucida Danilo Knijnik:

É indubitável que a certeza exigida para julgar-se uma indenização por acidente de trânsito não pode e não deve ser a mesma para que se decrete a perda do pátrio poder, que, a sua vez, não deve ser igual para que se prive alguém da liberdade, que, por fim, não pode ser a mesma quando se trate de condenar alguém com base em indícios. Quanto mais grave o efeito do erro judiciário, maior deve ser o cuidado.¹⁹

Nesse mesmo sentido, Gerard Walter sinaliza que a valoração da prova não pode perder de vista “os propósitos que teve o legislador em uma matéria concreta, sejam eles citados expressamente como metas da lei (...) ou inferidos da substância da lei ou do procedimento criado para a sua aplicação”, razão pela qual conclui o autor que “o módulo de prova destinado à realização da lei deve responder a esses fatores de influência e, portanto, ser variável”.²⁰

Nalguns casos, o juiz poderá se convencer da existência de um fato alegado a partir da apresentação de meras provas indiciárias,²¹ ao passo que, noutros, a confirmação da existência de um fato litigioso dependerá da amostragem de farto conjunto instrutório, apto a corroborar a alegação em patamar *acima de qualquer dúvida razoável*²² – tudo dependerá, ao fim, da índole do direito material posto em discussão.

ou mesmo a redução das exigências de prova para a formação do convencimento judicial adequado ao caso concreto” (ARENHART, Sérgio Cruz; MARINONI, Luiz Guilherme. *Prova e convicção*. Op cit. p. 245).

¹⁹ KNIJNIK, Danilo. *A prova nos juízos cível, penal e tributário*. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007, p. 44-45.

²⁰ WALTER, Gerard. *Libre apreciación de laprueba*. Traduzido por Carlos Antonio Augurto Gonzáles, Sonia Lidia Quequejana Mamami e Benigno Choque Cuenca. Santiago: Ediciones Olejnik, 2019, p. 162 (tradução livre).

²¹ Como é o caso das lides previdenciárias, senão veja-se: “(...) tome-se situação típica do direito previdenciário consistente na prova de trabalho rural em tempo pretérito para fins de aposentadoria. É cediço que esse tipo de trabalho, normalmente, é informal. Por isso, em regra, não haverá registro do trabalhador ou prova documental (ou mesmo de outra ordem) que seja capaz de, cabalmente, demonstrar a existência do trabalho ou o tempo de sua duração. Nesse tipo de circunstância, o juiz é posto diante da seguinte situação: ou exige prova incompatível com a realidade desse tipo de trabalho; ou leva em considerações possíveis vestígios deixados para concluir sobre a existência ou não do trabalho realizado” (ARENHART, Sérgio Cruz; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Novo curso de processo civil*: tutela dos direitos mediante procedimento comum. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017, vol. 2, p. 299).

²² Na seara criminal, a constatação de que a existência do evento criminoso é altamente provável não é suficiente para ensejar a condenação do réu, eis que, para tanto, não pode existir qualquer *dúvida razoável* “capaz de ensejar a

Em suma, o teor da demanda se complexifica na medida em que o direito material envolvido possui maior notabilidade, eis que o “*nível de certeza*” (também conhecido como *standard de prova*) necessário para que o julgador repute uma hipótese como provada cresce quanto mais danosos mostram-se os efeitos do erro judicial.

Além disso, cumpre destacar que a elevação da *complexidade* da demanda também pode ser diagnosticada nas hipóteses em que os fatos jurídicos são abarcados por *suporte complexo*, ou seja, quando a incidência da norma correlata ao pedido e à causa de pedir da demanda depende da identificação de uma multiplicidade de eventos autônomos. Neste particular, a doutrina elucida que os fatos jurídicos (*lato sensu*), a depender da sua configuração fenomênica, podem qualificar *suporte fático simples* ou *suporte fático complexo*:

O suporte fático pode ser simples ou complexo, conforme seja composto por um único fato ou um grupo de fatos (...). Para que a norma jurídica incida, é imprescindível a suficiência do suporte fático: o suporte fático insuficiente não transforma o fato em jurídico. Quando se trata de suporte fático simples, o problema se resume à verificação da ocorrência do fato normativamente previsto. Em se tratando de suporte fático complexo, cabe constatar se todos os seus elementos nucleares se compuseram.²³

Fatos jurídicos dotados de *suporte complexo*, portanto, dependem da demonstração de um conjunto de eventos concomitantes, de modo que a norma correlata ao caso concreto somente poderá ser aplicada caso comprovados todos os elementos que congregam o *suporte fático complexo* – é o caso da responsabilidade civil, cuja imputação depende da comprovação de quatro eventos distintos, a saber, o ato ilícito, o dano, o nexo

absolvição num processo penal por insuficiência de provas” (KNIJNIK, Danilo. *A prova nos processos cível, penal e tributário*. Op cit, p. 40).

²³ NEVES, Marcelo. A incidência da norma jurídica e o fato jurídico. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, ed. 21, n. 23, out.-dez./1984, p. 274. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/181581>>. Acesso em: 19.02.2020.

de causalidade entre o ilícito e o dano suportado e a culpa do agente, sem os quais não exsurge o direito à reparação.²⁴

Numa dinâmica semelhante às demandas que envolvem direitos materiais permeados por elevados *standards de prova*, assume-se que o nível de *complexidade* do litígio também se intensifica na medida em que o fato probando abarca um *suporte fático complexo*, contendo múltiplos eventos correlatos passíveis de demonstração. É certo que, nos litígios envoltos nalgum *suporte fático complexo*, a resolução das questões de fato mostra-se mais árdua, uma vez que as provas juntadas aos autos deverão comprovar todos os múltiplos elementos nucleares do fato jurídico.

Em se tratando de demandas *complexas*, é imprescindível que a qualidade e a quantidade das inferências do conjunto instrutório sejam elevadas. É que, conforme bem leciona Simone Trento, as inferências probatórias são conhecimentos apreendidos da aplicação das *regras da experiência* ao caso concreto e, sobretudo, da avaliação das informações disponibilizadas no conjunto instrutório:

(...) na maioria das vezes o fato principal é provado a partir de várias inferências feitas a partir de vários fatos sabidos (alguns deles sabidos de antemão, por serem incontroversos ou notórios, e outros sabidos em decorrência dos fatos observados no desenrolar do processo e, ainda, dos meios de prova produzidos – sendo certo que cada qual desses fatos “sabidos”, independentemente de serem provenientes de meios de prova propriamente ditos ou de outras fontes de informação, goza do mesmo *status* no raciocínio probatório).²⁵

²⁴ É de se concordar com a afirmação de Arthur Thompsen Carpes: “Um enunciado causal simples, do tipo ‘x causou y’ é composto de três elementos: i) o evento que se aponta como ‘causa’; ii) evento que se indica como ‘efeito’, e iii) o nexo causal que liga esses dois eventos. (...) Ainda que provado ‘x’ e provado ‘y’, deve ainda ser provada a existência da relação de causalidade entre eles. A prova da mera associação entre os eventos não é capaz de tornar demonstrado o enunciado ‘x causou y’” (CARPES, Artur Thompsen. *A prova do nexos de causalidade na responsabilidade civil*. 1. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018, p. 99-101).

²⁵ TRENTO, Simone. O Dever de Fundamentação e a Matéria Probatória: In: ALBERTO, Tiago Gagliano Pinto; VASCONCELLOS, Fernando Andreoni (orgs.). *O dever de fundamentação no novo CPC: análises em torno do artigo 489*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015, p. 91-92.

Portanto, tirante os conhecimentos já apreendidos pelo julgador na sua vivência cotidiana (*rectius*: máximas da experiência ou *background knowledge*), todas as inferências utilizadas para a composição das questões de fato provêm da avaliação dos elementos de prova juntados aos autos.

Diante disso, é possível concluir que uma maior extensão do suporte probatório acarreta a elevação do número de inferências aplicáveis à solução das questões de fato e, conseqüentemente, torna a cognição judicial mais apta a volver *complexidades* tais como as acima mencionadas (leia-se: direitos materiais cuja composição pressupõe um *nível de certeza* elevado e fatos jurídicos de *suporte complexo*).

Ocorre que “uma só prova relevante inadmitida ou não levada ao processo pode determinar que a conclusão sobre os fatos seja radicalmente diferente”, razão pela qual se intui que “aumentar a qualidade e a amplitude do material probatório tem como consequência o aumento tendencial da corroboração das hipóteses fáticas”.²⁶

Quanto maior a amplitude do conjunto instrutório disponibilizado, maior a quantidade de inferências que o juízo poderá correlacionar para o acertamento da narrativa fática e, por consequência, mais acentuado o *nível de certeza* que o julgador possuirá para acautelar o pleito do proponente da ação. É o que bem ilustra Arthur Thompsen Carpes:

A probabilidade lógica tem por método o estabelecimento de conexões lógicas entre as provas colhidas no curso do processo e as alegações de fato. Tais conexões são o que determinam o grau de apoio inferencial que, em última análise, corresponde à verdade da alegação de fato. O aumento desse grau – devido ao incremento de elementos probatórios convergentes na mesma direção, p. ex. –, implica no aumento da probabilidade de que a hipótese de fato seja verdadeira. Estabelecida a estrutura inferencial do grau de apoio da hipótese fática, os problemas relativos a situações probatórias complexas se resolvem mediante a articulação de inferências,

²⁶ RAMOS, Vitor de Paula. *Ônus da prova no processo civil: do ônus ao dever de provar*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018, p. 50.

de modo a estabelecer, em sede conclusiva, o grau de probabilidade que os elementos de prova atribuem às diversas hipóteses fáticas. Assim é que se dá a construção do juízo quanto aos fatos da causa.²⁷

A contrario sensu, quando limitado o arcabouço instrutório disponibilizado às partes, diminuta a chance de o julgador parametrizar adequadamente os juízos de fato, o que tende a enfraquecer a *certeza* depreendida da avaliação dos autos.

Em síntese, os fatos *complexos* tendem a demandar a apresentação de fontes de prova variadas, sejam elas: (i) *diretas e indiretas*;²⁸ (ii) referentes ao *fato probando* ou a *fato indiciário* a ele correlato;²⁹ ou (iii) substanciadas em juízo de *verossimilhança ou probabilidade*.³⁰ Não raro, as inferências que circundam as questões de fato serão extraídas de um conjunto instrutório formado de elementos de prova variados, tais como a prova testemunhal, o depoimento pessoal, a prova pericial, bem como todos os demais meios atípicos de prova, por decorrência da prerrogativa insculpida no art. 369 do CPC.³¹

Uma vez assumido que a comprovação de alegações envoltas em contextos fáticos complexos demanda o cruzamento de múltiplas inferências probatórias e, concomitantemente, que o aumento da amplitude do conjunto instrutório tende a aumentar o número de inferências existentes, *é certo que a limitação dos meios de prova disponibilizados às partes constitui óbice para que questões de fato complexas sejam adequadamente abordadas*.

Este é justamente o “ponto-cego” frequentemente ignorado na análise da dinâmica probatória do mandado de segurança.

²⁷ CARPES, Artur Thompsen. *A prova do nexo de causalidade na responsabilidade civil*. Op cit, 97-98.

²⁸ ARENHART, Sérgio Cruz; MARINONI, Luiz Guilherme. *Prova e convicção*. Op cit, p. 118-121.

²⁹ Ibidem, p. 118.

³⁰ Sobre o tema, vale conferir: CARPES, Arthur Thompsen. Verdade, verossimilhança e probabilidade: a construção do juízo sobre os fatos no Processo Civil. *Revista de Processo*, vol. 290, abr./2019, versão eletrônica.

³¹ Sobre os assim chamados “meios atípicos de prova”, digno de nota o estudo carreado por Paulo Osternack Amaral, confira-se: AMARAL, Paulo Osternack. *Provas: atipicidade, liberdade e instrumentalidade*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017, p. 87-140.

Isso porque, no rito específico do *mandamus*, todas as inferências necessárias para o reconhecimento da existência do direito devem partir estritamente da prova documental – restando vedada a análise do mérito do *writ* quando a comprovação das alegações fáticas prescindir de prova testemunhal ou pericial.³² Logo, o mandado de segurança não é afeto a raciocínios inferenciais e probatórios complexos, vez que a celeridade de seu procedimento é justificada pela limitação da cognição judicial em seu sentido *horizontal*,³³ cujo foco centrar-se-á apenas nas inferências identificadas na prova documental.

Assim, necessário consignar que a hipótese fática submetida ao acerto judicial deve ser apta ao convencimento do auditório tão somente com as afirmações contidas no documento trazido ao juízo – não podendo se aproveitar de inferências obtidas por fontes de prova diversas, tais como a pericial e a testemunhal.

Ocorre que tal circunstância, a despeito de conferir celeridade ao processamento do remédio constitucional, confina demasiadamente a formação do convencimento judicial, bem como de um “*nível de certeza*” apto a deferir a ordem judicial requisitada.

Como já assentado alhures, a ampliação do conjunto probatório através de provas suplementares à documental implica a corroboração do convencimento judicial acerca da (in)veracidade das alegações lançadas pelas partes,³⁴ motivo pelo qual a complementação da instrução se mostra imprescindível na presença de questões de fato complexas. Nesse sentido, tome-se como exemplo a dinâmica de comprovação da simulação contratual, prevista no art. 446, inciso I, do CPC, fato jurídico cuja complexidade foi admitida pelo próprio legislador, como bem anotam Arenhart, Marinoni e Mitidiero:

A simulação é uma das situações mais difíceis de provar. Tendo em conta essa contingência, nosso legislador permite a utilização de prova

³² ARENHART, Sérgio Cruz; MARINONI, Luiz Guilherme. *Prova e convicção*. Op cit, p. 350-351.

³³ Como já mencionado: *Ibidem*, p. 78.

³⁴ RAMOS, Vitor de Paula. *Ônus da prova no processo civil: do ônus ao dever de provar*. Op cit. p. 50.

testemunhal em qualquer circunstância para a prova da simulação. Nada obsta, todavia, que o órgão jurisdicional forme seu convencimento a partir de prova indiciária, haja vista a dificuldade de se obter prova mais robusta a respeito do negócio simulado.³⁵

Num fato instintivamente complexo como a simulação contratual, o próprio legislador anteviu a necessidade *prima facie* de produção da prova testemunhal, com vistas a direcionar o processo à completude instrutória; assim, agregar-se-ia a prova oral às demais provas indiciárias contidas nos autos, possibilitando a formação de um convencimento judicial adequado às complexidades inerentes ao *themaprobandum* do litígio.³⁶ Dessa maneira, é possível concluir que a prova testemunhal, a prova pericial, a inspeção judicial e, ao fim, todos os demais meios de prova complementares se prestam ao aumento do “*nível de certeza*” jungido no convencimento judicial.

Quando a questão de fato é complexa, a prova documental, por si só, não se mostra apta a esclarecer os contornos do fato probando de modo indelével; na maioria das vezes, a prova material será tão somente idônea para demonstrar a *verossimilhança* da tese do litigante. Nestas hipóteses, os demais meios de prova complementares serão invocados a fim de confirmar – ou derrocar – a veracidade da tese do pleiteante, na medida em que as suas inferências sejam convergentes – ou divergentes – dos dados documentais inicialmente trazidos aos autos.

Por tudo isso, forçoso reconhecer que o *writ* possui uma baixíssima capacidade de elucubração dos meandros fáticos do litígio, pois, na medida em que não dispõe de nenhum elemento de prova complementar para fortalecer a convicção judicial, obsta a criação de quadro inferencial adequado para solucionar questões de fato complexas.

³⁵ ARENHART, Sérgio Cruz; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Código de Processo Civil comentado*. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018, p. 573.

³⁶ Sobre a utilização do raciocínio probatório indiciário na demonstração da simulação contratual, vale conferir: ARENHART, Sérgio Cruz. MARINONI, Luiz Guilherme. *Prova e convicção*. Op cit, p. 262.

Não se olvida que inúmeros fatos jurídicos tipicamente associados ao *writ* são passíveis de demonstração mediante simples prova documental pré-constituída. Utilizando a esfera previdenciária como exemplo, é plenamente viável demonstrar através de prova documental o “ato que marca perícia para verificação de invalidez antes dos dois anos estipulados no art. 71 da Lei de Benefícios”, bem como o “atraso no primeiro pagamento de benefício previdenciário em desconformidade com o prazo de 45 dias previsto no art. 41-A, § 5º, da Lei 8.213/91”,³⁷ vez que ambas as discussões envolvem apenas a localização temporal dos eventos *sub judice*, isto é, se a perícia médica foi marcada antes ou depois da passagem de dois anos e se o benefício foi pago antes ou depois da passagem dos 45 dias previstos em lei.

No entanto, alguns suportes fáticos não comportam demonstração tão simplificada, a começar pela magnitude do direito material envolvido. Como exposto alhures, o nível quantitativo e qualitativo das inferências necessárias para comprovar uma hipótese varia de acordo com a gravidade da consequência jurídica correlata ao caso concreto – como bem apercebeu Knijnik, “quanto mais grave o efeito do erro judiciário, maior deve ser o cuidado”.³⁸ Quando os efeitos da decisão judicial são gravosos, sensíveis ou de elevado impacto social, não é crível que a segurança seja concedida com base em inferência extraída unicamente da prova documental.

Mais uma vez, a exemplificação mostra-se útil: imagine-se que uma entidade federal de proteção à fauna e à flora impôs embargo a uma obra localizada em Área de Proteção Ambiental (art. 21 c/c art. 72 da Lei 9.605/88) e que, na sequência, a pessoa jurídica responsável pelo empreendimento impetrou mandado de segurança para que fosse autorizado o seguimento da referida construção. Neste caso, o ato da autoridade coatora (*rectius*: embargo à obra) dificilmente seria desconstituído pela via do mandado de

³⁷ SERAU JUNIOR, Marco Aurélio. *Curso de processo judicial previdenciário*. 4. ed. São Paulo: Método, 2014, p. 365.

³⁸ KNIJNIK, Danilo. *A prova nos processos cível, penal e tributário*. Op cit, p. 45.

segurança, não apenas porque a interdisciplinaridade inerente ao direito ambiental envolve análises periciais externas ao saber jurídico, mas, sobretudo, porque conceder imediata segurança ao autor da construção significaria ignorar a cláusula de maximização da proteção do meio ambiente. Ante a complexidade do direito material discutido, é necessário que a convicção judicial contente-se somente quando atingido um conjunto instrutório multifacetado, apto a disponibilizar inferências documentais, periciais e estatísticas que deem certeza, *acima de qualquer dúvida razoável*, de que o empreendimento não causa nenhum prejuízo ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

De igual modo, os fatos jurídicos de *suporte complexo* (*rectius*: aqueles em que a incidência da norma correlata pressupõe a ocorrência de um conjunto de múltiplos eventos) também não se coadunam à lógica do mandado de segurança. É que, apesar da existência de circunstâncias nas quais a prova material carrega altíssimo grau de confiabilidade,³⁹ é certo que ela, por si só, raramente poderá elucidar todos os aspectos multifacetados que compõem o *suporte fático complexo*.

Como exemplo, tome-se os mandados de segurança que intentam impedir Município de atualizar valores de cobrança de IPTU, amparados no fundamento de que o índice de majoração utilizado fere o princípio tributário do não-confisco, estatuído no art. 150, inciso IV da CF. Nesta hipótese, é evidente que a via do *mandamus* não se mostra cabível, pois a percepção do efeito confiscatório de determinado imposto requer a avaliação de uma série de elementos integrados à hipótese de incidência tributária (*v.g.*: capacidade contributiva do sujeito passivo, critérios erigidos para a formação da base de

³⁹ Como nos casos de documentos averbados por notários e registradores: “Considerando que é um princípio geral de direito público a presunção de veracidade e legitimidade do ato praticado por servidor público no exercício de suas funções públicas (ainda que não sejam de certificação/documentação), pode-se emprestar ao documento firmado por qualquer agente público a natureza de documento público, o que permitirá presumir a sua autenticidade e veracidade do que nele se contém” (BRAGA, Paulo Sarno; DIDIER JR., Fredie; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. *Curso de direito processual civil: teoria da prova, direito probatório, decisão, precedente, coisa julgada e tutela provisória*. 13. ed. Salvador: Juspodivm, 2018, vol. 2, p. 225).

cálculo, a alíquota aplicada ao fato imponible), os quais evidentemente não podem ser demonstrados por mera prova documental, muito menos no rito simplificado do mandado de segurança.⁴⁰ É o equivalente a reconhecer a latente *complexidade* da identificação de espécies tributárias com efeito confiscatório.⁴¹

Em suma, casos como os acima ilustrados demandarão conjunto instrutório robusto, dotado de provas *complementares* aquelas já anexadas à inicial. Tudo isso objetiva a construção de um plexo de inferências probatórias capazes de elucidar a completude do contexto litigioso. Portanto, na análise do mandado de segurança, o *fator complexidade* não pode ser descartado, eis que a cognição probatória prescindirá – ou não – de provas complementares à documental a depender do nível de dificuldade de apreensão do fato probando, do direito material envolvido na discussão e, ainda, do número de eventos subjacentes à incidência da norma jurídica.

O mandado de segurança tem um cabimento estrito, que revolve apenas discussões em que a prova material seja apta a demonstrar cabalmente a existência de violação à direito líquido e certo, o que se mostra inviável na presença de questões de fato cuja percepção demanda raciocínio complexo.

Tudo isso tem uma razão de ser: a celeridade ínsita ao *mandamus* se justifica na medida em que se trata de um remédio processual excepcional, invocado apenas nas situações em que há abuso ou ilegalidade praticada pelo Poder Público de caráter evidente. Admitir que o mandado de segurança possa ser utilizado para acalentar toda e qualquer garantia violada significaria banalizar o instituto e retirar-lhe a característica que conforma

⁴⁰ Curiosamente, o exemplo suscitado refere-se a um caso real, julgado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Para mais detalhes, confira-se: TJPR - 2ª C.Cível - 0076730-62.2018.8.16.0014 - Londrina - Rel.: Juíza Angela Maria Machado Costa - J. 29.10.2019.

⁴¹ Tal problemática na discussão do princípio do não-confisco é também reconhecida pela doutrina do direito tributário: CARVALHO, Paulo de Barros. *Curso de direito tributário*. 29. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018, p. 186-187.

a sua identidade: a celeridade.⁴² À medida em que não são parametrizados critérios adequados de admissão do mandado de segurança, estimula-se a litigância frívola e o processamento de mandados de segurança indevidos, aumentando a taxa de congestionamento do Poder Judiciário e a própria celeridade ínsita ao mandado de segurança, tornando-os “tão ordinários que constituem apenas um poço de morosidade, logo acima do valhacouto das ações ordinárias”.⁴³

Logo, o *fator complexidade* deve se sobrelevar no mandado de segurança não somente em razão do maior número de inferências probatórias exigidas, mas também porque a indicação de filtros processuais mais rígidos na admissão do remédio constitucional é essencial para a contenção de sua impetração desmedida.

4. Considerações finais

Em que pese a clássica tese de que a complexidade das questões de fato e do raciocínio jurídico envolvido no litígio não influem no juízo de admissibilidade do *mandamus*, imperioso obtemperar que o *fator complexidade* não pode ser simplesmente descartado no manejo do mandado de segurança.

Como visto, questões de fato *complexas* demandam a construção de um raciocínio argumentativo coeso, consubstanciado pela conjunção de múltiplas inferências probatórias, as quais somente poderão ser extraídas de um conjunto probatório robusto, constituído de todas as provas típicas e atípicas pertinentes à elucubração da dinâmica dos fatos litigiosos.

Em guisa de conclusão, incumbe responder: “afinal, a complexidade do fato probando realmente importa”? Sim, importa (e importa muito).

⁴² Para mais detalhes: ANDREKONSKI, Igor Matheus Bueno da Rocha; BASTOS, Alberto Luiz Hanemann. A trivialização do mandado de segurança. In: *O direito e sua complexa concreção 3*. MEZACASA, Douglas dos Santos (org.). Ponta Grossa: Atena Editora, 2020. Disponível em: <<https://www.atenaeditora.com.br/post-artigo/31352#4a>>. Acesso em: 30.01.2020.

⁴³ BECKER, Laércio Augusto. O dilema dos litigantes: processo civil e a teoria dos jogos. In: *Qual é o jogo do processo?* 1. ed. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 2012, p. 86.

Não há questão sensível que não demande conjunto instrutório completo para manejá-la; não há fato jurídico *de suporte complexo* que seja passível de elucidação por simples prova documental pré-constituída – salvante raras exceções; não há restrição a direitos fundamentais que não assegure a prerrogativa da prova lícita a todos os afetados.

O mandado de segurança se trata de rito excepcional, razão pela qual não se coaduna à perquirição de questões de fato complexas. Tal peculiaridade, inclusive, é que lhe garante a celeridade necessária para cominar de imediato a garantia violada por ato ilícito.

REFERÊNCIAS

ANDREKONSKI, Igor Matheus Bueno da Rocha; BASTOS, Alberto Luiz Hanemann. A trivialização do mandado de segurança. In: *O direito e sua complexa concreção 3*. Org.: MEZACASA, Douglas dos Santos. Ponta Grossa: Atena Editora, 2020. Disponível em: <<https://www.atenaeditora.com.br/post-artigo/31352#4a>>. Acesso em: 30.01.2020.

AMARAL, Paulo Osternack. *Provas: atipicidade, liberdade e instrumentalidade*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

ARENHART, Sérgio Cruz. Comentários ao art. 5º, LXIX, da Constituição. In: *Comentários à Constituição do Brasil*. Coord.: CANOTILHO, J. J. Gomes; SARLET, Ingo Wolfgang; MENDES, Gilmar Ferreira; STRECK, Lênio Luiz. 2. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

_____; MARINONI, Luiz Guilherme. *Prova e convicção*. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

ARENHART, Sérgio Cruz; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Código de Processo Civil comentado*. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018.

_____; MITIDIERO, Daniel. *Novo curso de processo civil: tutela dos direitos mediante procedimento comum*. vol. 2. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

_____. *Novo curso de processo civil: tutela dos direitos mediante procedimentos diferenciados*. vol. 3. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

BECKER, Laércio Augusto. O dilema dos litigantes: processo civil e a teoria dos jogos. In: *Qual é o jogo do processo?* 1. ed. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 2012.

BRAGA, Paulo Sarno; DIDIER JR., Fredie; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. *Curso de direito processual civil: teoria da prova, direito probatório, decisão, precedente, coisa julgada e tutela provisória*. vol. 2. 13. ed. Salvador: Juspodivm, 2018.

CARPES, Artur Thompsen. *A prova do nexó de causalidade na responsabilidade civil*. 1. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018, *livro eletrônico*.

_____. Verdade, verossimilhança e probabilidade: a construção do juízo sobre os fatos no Processo Civil. *Revista de Processo*, vol. 290, abr./2019, *versão digital*.

CARVALHO, Paulo de Barros. *Curso de direito tributário*. 29. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

EPSTEIN, Lee; KING, Lary. *Pesquisa empírica em direito: as regras de inferência*. Traduzido por Fábio Morosini et al. São Paulo: Direito GV, 2013, p. 12. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/11444/Pesquisa_empirica_em_direito.pdf>. Acesso em: 31.01.2020

GRAU, Eros Roberto. *Por que tenho medo dos juízes: a interpretação/aplicação do direito e os princípios*. 9. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

KNIJNIK, Danilo. *A prova nos juízos cível, penal e tributário*. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

MARTINS, Graciela. O mandado de segurança como sucedâneo recursal nas hipóteses não previstas no art. 1.015 do CPC/2015. In: *Aspectos polêmicos dos recursos cíveis e assuntos afins*. Coord.: JUNIOR, Nelson Nery; ALVIM, Teresa Arruda; OLIVEIRA, Pedro Miranda de. 1. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018, *versão eletrônica*.

MEDINA, Paulo Roberto de Gouvêa. Mandado de segurança: o incessante aperfeiçoamento do instituto. In: *Processo constitucional*. Coord.: MARINONI, Luiz Guilherme; SARLET, Ingo Wolfgang. São Paulo: Thomson Reuters, 2019.

MEIRELLES, Hely Lopes; WALD, Arnaldo; MENDES, Gilmar Ferreira. *Mandado de segurança e ações constitucionais*. 32. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

_____. Problemas no mandado de segurança. *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, vol. 73, Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/25201>. Acesso em: 31.01.2020.

NEVES, Marcelo. A incidência da norma jurídica e o fato jurídico. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, ed. 21, n. 23, out.-dez./1984, p. 274. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/181581>. Acesso em: 19.02.2020.

RAMOS, Vitor de Paula. *Ônus da prova no processo civil: do ônus ao dever de provar*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

SAVARIS, José Antônio. *Direito processual previdenciário*. 7. ed. Curitiba: Alteridade, 2018.

SCHMITZ, Leonard Ziesemer. *Raciocínio probatório por inferências: critérios para o uso e o controle das presunções judiciais*. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Direito) – Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

SERAU JUNIOR, Marco Aurélio. *Curso de processo judicial previdenciário*. 4. ed. São Paulo: Método, 2014.

TRENTO, Simone. O Dever de Fundamentação e a Matéria Probatória: In: *O dever de fundamentação no novo CPC: análises em torno do artigo 489*. 1. ed. Org.: ALBERTO, Tiago Gagliano Pinto; VASCONCELLOS, Fernando Andreoni. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

WALTER, Gerard. *Libre apreciación de laprueba*. Traduzido por Carlos Antonio Augurto Gonzáles, Sonia Lidia Quequejana Mamami e Benigno Choque Cuenca. Santiago: Ediciones Olejnik, 2019.

WOLKART, Erik Navarro. *Análise Econômica do Processo Civil – como a economia, o direito e a psicologia podem vencer a tragédia da justiça*. 1. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.